

SUMÁRIO

Capítulo 1

INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO	39
1. Conceito de Estado	39
1.1. Poderes do Estado	40
2. Governo X Estado	41
3. Administração Pública	41
4. Direito Administrativo	43
4.1. Conceito	43
4.1.1. Critérios de definição do Direito Administrativo	45
4.1.2. Direito Administrativo e a Ciência da Administração	47
5. Codificação e fontes do Direito Administrativo	47
5.1. Competência para legislar	51
6. Interpretação do Direito Administrativo	51
7. Evolução histórica do Direito Administrativo	52
8. Sistemas de controle da atuação administrativa	53
8.1. Sistema administrativo brasileiro	54
9. Relação com outros ramos do Direito	55
10. Regime Jurídico Administrativo	56
11. Constitucionalização do direito administrativo	57
12. Quadro Sinóptico	58
13. Súmulas	63
13.1. Súmulas do STF	63
14. Jurisprudências 2021/2022	63
15. Questões de concursos	63

Capítulo 2

REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO	67
1. Definição	67
1.1. Princípios e regras	68
1.1.1. Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Privado	70
1.1.2. Princípio da Disponibilidade do Interesse Público	72
2. Princípios de Direito Administrativo	73
2.1. Princípio da Legalidade	73
2.2. Princípio da Impessoalidade	77
2.2.1. Princípio da intranscendência	80
2.3. Princípio da Moralidade	80
2.4. Princípio da Publicidade	81
2.5. Princípio da Eficiência	85
2.6. Princípios do Contraditório e da Ampla defesa	86

2.7. Princípio da Continuidade.....	90
2.8. Princípio da Autotutela	97
2.9. Princípio da Razoabilidade.....	98
 Vídeo.....	100
2.10. Princípio da Proporcionalidade	100
2.11. Princípio da Motivação	101
2.12. Isonomia.....	103
2.13. Finalidade	105
2.14. Especialidade	107
2.15. Segurança jurídica.....	107
2.16. Presunção de legitimidade e de veracidade das condutas estatais.....	109
3. Dever de observância dos princípios.....	111
4. Quadro Sinóptico	111
5. Súmulas	118
5.1. Súmulas do STF	118
5.2. Súmulas do STJ	119
6. Jurisprudências 2021/2022	119
6.1. Informativos do STJ	124
7. Questões de concursos	124

Capítulo 3

PODERES ADMINISTRATIVOS	131
1. Introdução	131
1.1. Uso e abuso de poder	132
2. Discricionariedade e vinculação.....	133
2.1. Poder Vinculado	134
2.2. Poder Discricionário	134
3. Controle judicial da atividade administrativa discricionária	136
4. Poderes administrativos.....	136
4.1. Poder Normativo ou Poder Regulamentar.....	137
4.1.1. Regulamentos.....	137
4.1.2. Espécies de Regulamentos	138
4.1.3. Consulta pública	140
4.2. Poder Hierárquico.....	140
4.3. Poder Disciplinar	142
4.4. Poder de Polícia	145
 Vídeo.....	147
4.4.1. Polícia administrativa X Polícia judiciária	147
4.4.2. Discricionariedade e vinculação dos atos de polícia.....	147
4.4.3. Natureza dos atos de polícia	148
4.4.4. Delegação dos atos de Polícia.....	149
4.4.4.1. Ciclos de Polícia e delegação.....	151
4.4.5. Atributos do Poder de Polícia	152

4.4.6. Prescrição das sanções de polícia	153
4.4.7. Atos de polícia previstos na lei 13.979/20 (situação de pandemia de COVID-19)	154
4.5. Aprofundamento para provas subjetivas	156
5. Quadro Sinóptico	160
6. Súmulas	165
6.1. Súmulas do STF	165
6.2. Súmulas do STJ	165
7. Jurisprudências 2021/2022	165
7.1. Informativos do STJ	168
7.2. Informativos do STF.....	169
8. Questões de Concursos	169

Capítulo 4

ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

1. Introdução	175
1.1. Princípios inerentes à organização administrativa	176
2. Prestação da atividade pública	177
2.1. Descentralização X Desconcentração.....	179
2.2. Espécies de descentralização	179
3. Administração direta	180
3.1. Órgãos públicos	181
3.1.1. Classificação de órgãos	184
3.1.2. Teorias da manifestação de vontade do órgão.....	186
3.1.3. Teoria da institucionalização.....	187
4. Administração Indireta.....	187
4.1. Entes da Administração Indireta	188
4.1.1. Características gerais.....	189
5. Autarquias.....	192
5.1. Regime jurídico aplicável às autarquias.....	193
5.2. Autarquias profissionais.....	201
5.3. Autarquias territoriais.....	204
5.4. Autarquias em regime especial.....	205
5.4.1. Autarquias Culturais - Universidades públicas	205
5.4.2. Agências reguladoras.....	206



Vídeo.....	206
5.4.2.1. Regime especial	207
5.4.2.2. Poder normativo e atos decisórios.....	209
5.4.2.3. Articulação entre Agências Reguladoras e entre essas Agências e demais órgãos de controle.....	210
5.4.2.4. Interação operacional entre agências reguladoras	212
5.4.2.5. Espécies de Agências reguladoras	212
5.4.2.5. Regime de pessoal	213
5.4.2.6. Licitação.....	214
5.4.2.7. Teoria da captura.....	216

5.4.2.8. Agências reguladoras e delegificação	216
5.5. Agências Executivas.....	217
6. Fundações Públicas	218
6.1. Natureza jurídica.....	219
6.1.1. Fundação Pública de Direito Privado.....	221
6.1.2. Fundação Pública de Direito Público.....	222
7. Empresas estatais	225
7.1. Finalidades das empresas estatais	227
7.2. Regime Jurídico das empresas estatais.....	228
7.3. Empresas subsidiárias das empresas estatais e empresas controladas	239
7.4. Estrutura das Empresas Estatais.....	240
7.4.1. Requisitos de transparência.....	241
7.4.2. Conselho de Administração e Conselho Fiscal	242
7.4.3. Licitações e contratos firmados pelas empresas estatais.....	243
7.4.4. Controle das entidades	243
7.5. <i>Golden Share</i>	243
7.6. Aprofundamento para provas subjetivas	244
8. Quadro Sinóptico	245
9. Súmulas	260
9.1. Súmulas do STF	260
9.2. Súmulas do STJ	260
9.3. Súmulas do TST	260
10. JurisprudênciaS 2021/2022.....	261
10.1. Informativos do STJ	262
10.2. Informativos do STF.....	263
11. Questões de Concursos	267

Capítulo 5

ATOS ADMINISTRATIVOS	273
1. Atos jurídicos.....	273
2. Atos administrativos X Atos da administração	274
3. Ato administrativo	276
3.1. Conceito.....	276
3.2. Atos vinculados e Atos discricionários	278
4. Elementos ou requisitos do ato administrativo	280
4.1. Competência.....	281
4.1.1. Características da competência administrativa	282
4.2. Finalidade	286
4.3. Forma	289
4.3.1. Silêncio Administrativo	290
4.3.2. Vício no elemento forma	292
4.4. Motivo.....	293
4.4.1. Motivo e motivação.....	295
 Vídeo.....	298

4.5. Objeto	299
4.6. Elementos discricionários e vinculados.....	300
5. Elementos e pressupostos do ato administrativo no entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello	301
6. Atributos do ato administrativo.....	302
6.1. Presunção de veracidade.....	303
6.2. Presunção de legitimidade.....	303
6.3. Imperatividade.....	304
6.4. Exigibilidade.....	305
6.5. Executoriedade ou autoexecutoriedade.....	305
6.6. Tipicidade.....	306
7. Fases de constituição do ato administrativo	306
7.1. A perfeição	306
7.2. A validade.....	307
7.3. A eficácia	307
7.3.1. Elementos acidentais do ato administrativo	309
7.3.1.1. Condição	309
7.3.1.2. Termo	309
7.3.1.3. Encargo.....	309
7.4. Atos após a formação	310
8. Classificação dos atos administrativos.....	311
8.1. Quanto ao grau de liberdade, os atos se dividem em vinculados e discricionários	311
8.2. Quanto à formação, os atos administrativos podem ser divididos em simples, complexos ou compostos.....	311
8.3. Quanto aos destinatários, os atos podem ser gerais ou individuais	313
8.4. Quanto ao objeto, os atos administrativos podem ser atos de império, de expediente ou atos de gestão.....	313
8.5. Quanto à estrutura, os atos podem ser concretos ou abstratos	314
8.6. Quanto aos efeitos, os atos se dividem em constitutivos e declaratórios	314
8.7. Quanto aos resultados na esfera jurídica os atos podem ser ampliativos ou restritivos	314
8.8. Quanto ao seu alcance, os atos administrativos podem ser internos ou externos	315
9. Espécies de atos administrativos	315
9.1. Atos normativos.....	315
9.2. Atos ordinatórios	317
9.3. Atos negociais	318
9.4. Atos enunciativos.....	322
9.5. Atos punitivos.....	325
10. Extinção dos atos administrativos.....	325
10.1. Extinção natural.....	325
10.2. Renúncia.....	326
10.3. Desaparecimento da pessoa ou coisa sobre a qual o ato recai	326
10.4. Retirada	326
10.4.1. Anulação	326
10.4.2. Revogação	331
10.4.3. Cassação.....	332

10.4.4. Caducidade	332
 Vídeo.....	332
10.4.5. Contraposição (derrubada)	333
11. Aprofundamento para provas subjetivas de concursos – Estabilização dos efeitos dos atos administrativos	333
12. Quadro Sinóptico	338
13. Súmulas	355
13.1. Súmulas do STF	355
13.2. Súmulas do STJ	355
14. Jurisprudências 2021/2022	355
14.1. Informativos do STJ	359
14.2. Informativos do STF.....	361
15. Questões de concursos	362

Capítulo 6

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	369
1. Fundamento da responsabilidade	369
2. Histórico: evolução da responsabilidade civil do Estado	370
3. Responsabilidade Civil do Estado na CFRB/88.....	372
3.1. Agentes da responsabilidade civil:.....	373
3.2. Responsabilidade Objetiva	375
3.2.1. Teorias da responsabilidade civil do Estado	377
3.3. Responsabilidade por omissão do Estado	379
3.3.1. A Responsabilidade por Omissão e Teoria do Risco Criado (Risco Suscitado).....	380
 Vídeo.....	382
3.4. Indenização.....	382
3.5. Excludentes de responsabilidade do Estado	383
3.6. Responsabilidade do Agente Público	384
3.6.1. Denúnciação à lide do Agente Público.....	388
3.6.2. Dolo e erro grosseiro	390
3.7. Prazo prescricional	391
3.8. Responsabilidade por obra pública.....	392
3.9. Responsabilidade pré-contratual.....	394
3.10. Responsabilidade por erro médico em clínicas credenciadas	394
4. Responsabilidade por atos legislativos.....	394
4.1. Leis de efeitos concretos.....	395
4.2. Leis em sentido formal e material.....	395
5. Responsabilidade por atos jurisdicionais.....	396
6. Responsabilidade das pessoas jurídicas por atos praticados contra o Poder Público (Lei Anticorrupção).....	397
 Vídeo.....	398
6.1. Responsabilidade administrativa	399

6.2. Processo administrativo.....	400
6.3. Responsabilidade judicial.....	401
7. Aprofundamento para provas discursivas.....	402
8. Quadro Sinóptico	404
9. Súmulas	409
9.1. Súmulas do STF	409
9.2. Súmulas do STJ	409
10. Jurisprudências 2021/2022	410
10.1. Informativos do STJ	414
10.2. Informativos do STF.....	415
11. Questões de Concursos	416

Capítulo 7

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO	423
1. Introdução	423
2. Conceito	424
3. Classificação.....	425
4. Controle Administrativo	429
4.1. Provocação da Administração Pública	432
4.2. Recursos administrativos.....	433
4.3. Órgãos internos de controle	434
5. Controle Legislativo.....	437
5.1. Controle Parlamentar Direto.....	437
5.2. Controle exercido pelos Tribunais de Contas.....	438
5.2.1. Atribuições do Tribunal de Contas da União	439
6. Controle judicial.....	441
6.1. Ações judiciais.....	443
6.1.1. Mandado de Segurança	443
 Vídeo.....	447
6.1.2. Ação Popular	447
6.1.3. Habeas Data	448
6.1.4. Ação civil pública	449
6.1.5. Mandado de Injunção	450
6.1.6. Demais ações.....	453
6.2. Atos <i>interna corporis</i>	453
7. Aprofundamento para provas discursivas – anulação de atos administrativo e segurança jurídica	454
8. Quadro Sinóptico	455
9. Súmulas	468
9.1. Súmulas do STF	468
9.2. Súmulas do STJ	469
10. Jurisprudências 2021/2022	469
10.1. Informativo do STJ.....	472
11. Questões de Concursos	473

Capítulo 8

LICITAÇÃO DE ACORDO COM AS LEIS 8.666/93, 10.520/02 E 12.462/11	479
1. Conceito	479
2. Competência para legislar	480
3. Finalidades do procedimento licitatório	481
4. Princípios norteadores da licitação.....	482
4.1. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório	483
4.2. Princípio do Julgamento Objetivo.....	483
4.3. Princípio do Sigilo das Propostas.....	483
4.4. Princípio do Procedimento Formal	484
4.5. Princípio da Eficácia Administrativa.....	484
4.6. Princípio da isonomia	484
5. Tipos de Licitação	485
6. Desempate na licitação.....	486
7. Quem deve licitar.....	488
8. Intervalo mínimo.....	489
9. Comissão	490
10. Modalidades Licitatórias	492
10.1. Concorrência	494
10.2. Tomada de preços	496
10.2.1. Cadastro de interessados.....	497
10.3. Convite.....	498
10.4. Concurso	499
10.5. Leilão.....	500
10.6. Pregão.....	502
10.6.1. Pregão eletrônico	503
11. Licitação para registro de preços.....	504
12. Procedimentos licitatórios	505
12.1. Concorrência	505
12.2. Procedimento da tomada de preços.....	522
12.3. Procedimento do Convite	522
12.4. Procedimento do concurso e do leilão	522
12.5. Procedimento do pregão	523
12.5.1. Procedimento do pregão eletrônico	525
12.5.1.1. Dispensa eletrônica	532
13. Licitação internacional.....	532
14. Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica.....	533
15. Tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	534
16. Dispensa e Inexigibilidade da licitação	536
16.1. Inexigibilidade de licitação.....	537
 Vídeo.....	538
16.1.1. Inexigibilidade de licitação para serviços de advocacia e contabilidade	538
16.2. Dispensa de licitação	539

16.3. Procedimento para contratação direta	548
16.4. Resumo de dispensa de inexigibilidade.....	549
17. Aprofundamento para provas subjetivas. Licitação “carona”	550
 Vídeo.....	553
18. Quadro Sinóptico	553
19. Súmulas	570
19.1. Súmulas do STF	570
19.2. Súmulas do STJ	570
20. Jurisprudências 2021/2022	570
20.1. Informativos do STF.....	572
21. Questões de Concursos	573

Capítulo 9

LICITAÇÃO NOS TERMOS DA LEI 14.133/2021	579
1. Conceito	579
2. Competência para legislar	580
3. Finalidades do procedimento licitatório	582
4. Princípios norteadores da licitação.....	582
4.1. Princípio da Vinculação ao Edital	583
4.2. Princípio do Julgamento Objetivo.....	583
4.3. Princípio do Sigilo das Propostas.....	584
4.4. Princípio da competitividade.....	584
4.5. Princípio da Economicidade	584
4.6. Princípio da isonomia	584
4.7. Princípio da segregação de funções.....	585
4.8. Princípio da segurança jurídica.....	586
4.9. Princípio do planejamento	586
5. Tipos de Licitação	586
6. Desempate na licitação.....	589
7. Quem deve licitar.....	590
8. Intervalo mínimo	592
9. Agentes da licitação	593
10. Plano de contratação anual.....	595
11. Modalidades Licitatórias	596
11.1. Concorrência	596
11.2. Concurso	597
11.3. Leilão.....	598
11.4. Pregão.....	600
11.5. Diálogo competitivo	601
12. Licitação para registro de preços	601
13. Procedimentos licitatórios	603
13.1. Procedimento comum (concorrência e pregão).....	604
13.1.1. Fase preparatória	604

13.2. Fase externa.....	613
13.2.1. Divulgação do edital de licitação	613
13.2.2. Apresentação de propostas e lances	615
13.2.3. Julgamento	616
13.2.4. Habilitação.....	618
13.2.5. Recurso	622
13.2.6. Encerramento.....	623
13.3. Procedimento do Diálogo Competitivo.....	625
14. Licitação internacional.....	626
15. Licitações de grande vulto	627
16. Tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	628
17. Dispensa e Inexigibilidade da licitação	630
17.1. Inexigibilidade de licitação.....	632
17.2. Dispensa de licitação.....	634
17.3. Dispensa para alienação de bens de licitação.....	641
17.4. Resumo de dispensa de inexigibilidade.....	642
18. Procedimento de manifestação de interesse.....	643
19. Procedimentos auxiliares	644
19.1. Credenciamento.....	644
19.2. Registro cadastral	644
19.3. Pré-qualificação.....	645
20. Aprofundamento para provas subjetivas. Licitação “carona” ou adesão à ata de registro de preços.....	646
21. Quadro Sinóptico	649

Capítulo 10

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE ACORDO COM AS LEIS 8.666/93, 10.530/02 E 12.462/11.....	665
1. Introdução	665
2. Conceito	667
3. Competência legislativa.....	668
4. Características dos contratos administrativos	668
4.1. Formalismo.....	670
5. Garantia.....	673
6. Cláusulas exorbitantes.....	675
6.1. Alteração unilateral do contrato	675
6.2. Rescisão unilateral do contrato	677
6.3. Fiscalização da execução do contrato	680
6.4. Ocupação temporária de bens.....	681
6.5. Aplicação de penalidades.....	681
6.5.1. Impedimento Indireto	683
7. Alteração contratual por vontade das partes.....	685
8. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato	686
8.1. Pagamentos feitos ao particular	687
 Vídeo.....	688

9. Teoria da imprevisão	689
10. Subcontratação nos contratos da administração	691
11. Duração	692
11.1. Exceções à vigência máxima de um ano	692
12. Responsabilidades decorrentes do contrato	695
13. Recebimento do objeto contratual	698
14. Formas de extinção do contrato administrativo	699
15. Disposição penais da lei 8.666/93	701
16. Dos contratos administrativos em espécie	702
 Vídeo	704
17. Convênios	708
18. Consórcios Públicos	710
18.1. Fundos patrimoniais	711
19. Regime Diferenciado de Contratações	714
19.1. Objetivos	714
19.2. Peculiaridades da lei 12.462/11	715
20. Licitações e contratos das empresas estatais	720
20.1. Dispensa e inexigibilidade	720
20.2. Modalidade e regras aplicáveis	723
20.3. Tipos de licitação e intervalo mínimo	723
20.4. Procedimento da licitação	724
20.5. Pré-qualificação permanente	726
20.6. Cadastramento	727
20.7. Registro de preços	727
20.8. Prazos de implementação	727
20.9. Contratos firmados com as empresas estatais	728
20.9.1. Garantia	728
20.9.2. Duração	728
20.9.3. Alteração bilateral	729
20.10. Sanções	730
20.11. Subcontratação	731
20.12. Contratação integrada e contratação semi-integrada	731
20.13. Controle do Tribunal de Contas X autonomia gerencial da empresa	733
21. Convênios e contratos de repasse com o poder público	734
21.1. Vedações para celebração de convênios	734
21.2. Chamamento público ou concurso de projetos	735
21.3. Cláusulas necessárias do convênio	736
21.4. Prestação de contas	736
21.5. Processo seletivo simplificado para contratação de pessoal	737
21.6. Denúncia e rescisão	737
22. Programas de parcerias de investimentos - PPI	738
22.1. Relicitação	739
23. Aprofundamento para prova subjetiva	741

25. Quadro Sinóptico	743
26. Súmulas	760
26.1. Súmulas do STF	760
26.2. Súmulas do TST	760
27. JURISPRUDÊNCIA 2021/2022.....	761
28. Questões de concursos	764

Capítulo 11

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NOS TERMOS DA LEI 14.133/21 771

1. Introdução	771
2. Conceito	773
3. Competência legislativa.....	774
4. Características dos contratos administrativos	774
4.1. Formalismo.....	777
5. Garantia.....	780
5.1. Cláusula de retomada.....	781
6. Cláusulas exorbitantes / prerrogativas da administração.....	783
6.1. Alteração unilateral do contrato	783
6.2. Rescisão unilateral do contrato	786
6.3. Fiscalização da execução do contrato	790
6.4. Ocupação temporária de bens	790
6.5. Aplicação de penalidades.....	791
6.5.1. Impedimento Indireto	794
7. Alteração contratual por vontade das partes.....	797
8. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato	798
8.1. Pagamentos feitos ao particular	798
9. Teoria da imprevisão	800
10. Alocação de riscos	802
11. Subcontratação nos contratos da administração.....	803
12. Duração.....	804
12.1. Exceções à vigência máxima de um ano.....	805
13. Responsabilidades decorrentes do contrato.....	808
14. Recebimento do objeto contratual.....	811
15. Formas de extinção do contrato administrativo	812
16. Da solução alternativa de controvérsias.....	816
17. Planos de contratação anual	816
18. Portal nacional de contratações públicas (PNCP).....	816
19. Disposições penais da Lei 14.133/2021	818
20. Dos contratos administrativos em espécie.....	819
21. Convênios.....	827
22. Convênios e contratos de repasse com o poder público	829
22.1. Vedações para celebração de convênios.....	830
22.2. Chamamento público ou concurso de projetos	830
22.3. Cláusulas necessárias do convênio	831

22.4. Prestação de contas.....	831
22.5. Processo seletivo simplificado para contratação de pessoal.....	832
22.6. Denúncia e rescisão.....	833
23. Consórcios Públicos.....	833
23.1. Fundos patrimoniais.....	834
24. Licitações e contratos das empresas estatais.....	837
24.1. Dispensa e inexigibilidade.....	837
24.2. Modalidade e regras aplicáveis.....	839
24.3. Tipos de licitação e intervalo mínimo.....	840
24.4. Procedimento da licitação.....	841
24.5. Pré-qualificação permanente.....	843
24.6. Cadastramento.....	843
24.7. Registro de preços.....	844
24.8. Prazos de implementação.....	844
24.9. Contratos firmados com as empresas estatais.....	844
24.9.1. Garantia.....	845
24.9.2. Duração.....	845
24.9.3. Alteração bilateral.....	845
24.10. Sanções.....	847
24.11. Subcontratação.....	847
24.12. Contratação integrada e contratação semi-integrada.....	848
24.13. Controle do Tribunal de Contas X autonomia gerencial da empresa.....	849
25. Programas de parcerias de investimentos - PPI.....	850
25.1. Relicitação.....	851
26. Responsabilidade do agente por ato praticado com base em parecer jurídico.....	853
27. Licenciamento ambiental e desapropriação.....	854
28. Aprofundamento para prova subjetiva.....	856
29. Quadro Sinóptico.....	859

Capítulo 12

SERVIÇOS PÚBLICOS.....	877
1. Conceito.....	877
2. Princípios.....	879
2.1. Dever de prestação pelo Estado.....	880
2.2. Modicidade.....	880
2.3. Atualidade.....	881
2.4. Cortesia.....	881
2.5. Economicidade.....	881
2.6. Generalidade.....	881
2.7. Submissão a controle.....	881
2.8. Continuidade.....	882
2.8.1. Greve de agentes públicos.....	882
2.8.2. Inadimplemento do usuário do serviço.....	886
2.8.3. Exceptio non adimpleti contractus.....	889

2.8.4. Ocupação temporária de bens e substituição.....	889
2.9. Isonomia.....	890
3. Formas de prestação do serviço público.....	890
4. Classificação.....	893
5. Delegação Contratual de Serviços	895
6. Concessão de Serviços Públicos.....	896
6.1. Poder concedente.....	897
6.1.1. Direitos e obrigações do concedente	898
6.2. Concessionária.....	900
6.3. Usuários do serviço	902
6.4. Procedimento licitatório.....	903
6.4.1. Modalidades licitatórias diferenciadas	904
6.5. Formalização dos contratos de concessão de serviço público.....	905
6.6. Intervenção	906
6.7. Duração do contrato de concessão	907
6.8. Arbitragem.....	908
6.9. Subconcessão	908
6.10. Remuneração da concessionária	909
6.10.1. Assunção do controle da empresa pelos financiadores	911
6.11. Extinção do contrato de concessão	912
7. Parceria Público-Privada – PPP	914
7.1. Espécies de Parcerias	915
 Vídeo.....	915
7.2. Cláusulas dos contratos de Parceria Público-Privada.....	916
7.3. Características específicas das parcerias.....	918
7.3.1. Compartilhamento de riscos e de ganhos decorrentes da redução do risco	918
7.3.2. Financiamento do setor privado	918
7.3.3. Pluralidade compensatória.....	919
7.3.4. Garantias do parceiro público.....	920
7.3.5. Diretrizes da lei de PPP	921
7.3.6. Procedimento licitatório	922
7.3.7. Sociedade de Propósito Específico	924
7.3.8. Normas aplicadas no âmbito federal para os contratos de Parcerias Público-Privadas ...	925
8. Permissão de Serviço Público.....	927
9. Autorização de serviço público	929
10. Consórcios Públicos	930
11. Aprofundamento para provas subjetivas – Administração Dialógica	935
12. Aprofundamento para provas subjetivas – Consórcios públicos entre união e municípios.....	936
13. Quadro Sinóptico	937
14. Súmulas	960
14.1. Súmulas do STF	960
14.2. Súmulas do STJ	961
15. Jurisprudências 2021/2022	961

15.1. Informativos do STF.....	965
16. Questões de Concursos	967

Capítulo 13

ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR.....	973
1. Setores da Economia	973
1.1. Entidades do terceiro setor	974
2. Serviço Social Autônomo	975
3. Entidades de Apoio	978
4. Organizações Sociais (OS).....	980
4.1. Programa nacional de publicização (PNP).....	984
5. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).....	985
6. Organizações da sociedade civil (OSC)	987
6.1. Do termo de colaboração, do termo de fomento e do acordo de cooperação	988
6.2. Procedimento de manifestação de interesse social.....	989
6.3. Chamamento público	990
6.4. Dispensa e inexigibilidade do certame.....	992
6.5. Organizações da sociedade civil - requisitos.....	993
6.6. Formalização das parcerias	995
6.7. Contratos firmados entre as organizações da sociedade civil e terceiros.....	998
6.8. Liberação de recursos pelo ente estatal e aplicação dos mesmos	998
6.9. Prestação de contas.....	999
6.10. Responsabilização da organização da sociedade civil e aplicação de penalidades.....	1000
7. Quadro Sinóptico	1001
8. Súmulas	1009
8.1. Súmulas do STF	1009
9. Jurisprudências 2021/2022	1010
10. Questões de concursos	1010

Capítulo 14

AGENTES PÚBLICOS	1017
1. Conceito	1017
2. Classificação de agentes.....	1019
2.1. Agentes Políticos	1019
2.2. Particulares em colaboração com o poder público	1021
2.3. Servidores estatais	1022
2.3.1. Servidores temporários	1023
2.3.2. Regime jurídico dos servidores efetivos.....	1024
2.3.3. Servidores celetistas	1032
2.3.4. Servidores estatutários	1034
3. Cargo público, emprego público e função pública.....	1035
3.1. Emprego público	1036
3.2. Cargo Público	1037
3.2.1. Classificação de cargos.....	1038
3.3. Função Pública	1040

4. Requisitos de ingresso no serviço público	1042
4.1. Ampla acessibilidade	1042
4.2. Concurso público	1043
4.2.1. Exceções ao concurso público	1045
4.2.2. Regras definidas pelo edital	1049
4.2.3. Realização de novo concurso na vigência do certame anterior	1055
4.2.4. Direito subjetivo à nomeação	1056
4.2.4.1. Cadastro de reserva	1059
4.2.5. Cláusula de barreira	1059
4.3. Nacionalidade brasileira	1060
4.4. O gozo dos direitos políticos	1061
4.5. A quitação com as obrigações militares e eleitorais	1061
4.6. O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo	1061
4.7. Aptidão física e mental para o exercício das funções do cargo	1062
4.7.1. Portadores de necessidades especiais	1063
4.7.2. Limite de idade	1064
4.7.3. Exame psicotécnico	1066
4.8. Atividade jurídica	1068
4.9. Vedação ao nepotismo	1070
4.10. Vagas reservadas para negros e pardos	1073
4.11. Terceirização de atividade pública	1074
5. Estabilidade	1075
5.1. Conceito e evolução constitucional	1076
5.2. Empregos públicos	1079
5.3. Dispensa do servidor estável	1080
5.4. Estabilidade x Estágio probatório	1083
5.5. Vitaliciedade	1085
6. Direito de greve do servidor público	1086
7. Provimento	1089
7.1. Provimento Originário	1089
7.2. Provimento Derivado	1090
7.2.1. Provimento derivado vertical	1091
7.2.2. Provimento derivado horizontal	1092
7.2.3. Provimento derivado por reingresso	1092
 Vídeo	1093
8. Vacância	1095
9. Acumulação de Cargos	1097
 Vídeo	1099
9.1. Acumulação de cargos na carreira militar	1101
10. Deslocamento	1101
10.1. Remoção	1101
10.2. Redistribuição	1103

11. Remuneração do Servidor Público.....	1104
11.1. Irredutibilidade de Remuneração	1106
11.2. Salário Mínimo.....	1108
11.3. Pagamento em atraso	1108
11.4. Vinculação e equiparação de remunerações	1108
11.5. Subsídios.....	1110
11.6. Teto remuneratório	1110
11.7. Desconto na remuneração do servidor público.....	1113
11.8. Honorários Advocatícios dos Advogados Públicos	1114
12. Vantagens.....	1114
12.1. Indenização.....	1115
12.2. Gratificações	1118
12.3. Adicionais.....	1120
13. Férias	1122
14. Licenças	1123
15. Afastamentos.....	1126
15.1. Afastamento para o exercício de mandato eletivo.....	1126
15.2. Afastamento para Servir a Outro Órgão ou Entidade	1127
15.3. Afastamento para Estudo ou Missão no Exterior	1127
15.4. Afastamento para Participação em Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no Brasil.....	1128
16. Concessões.....	1129
17. Regime Disciplinar	1130
17.1. Responsabilidade do servidor público.....	1130
18. Infrações e Sanções administrativas	1131
18.1. Demissão	1132
18.2. Cassação de aposentadoria e cassação de disponibilidade.....	1134
18.3. Suspensão	1135
18.4. Destituição de cargo em comissão e destituição de função de confiança	1136
18.5. Advertência.....	1136
18.6. Prescrição.....	1137
18.7. Registro da Penalidade	1138
18.8. Competência para aplicação da Penalidade.....	1139
19. Processo Administrativo Disciplinar.....	1140
19.1. Sindicância.....	1141
19.2. Processo administrativo disciplinar propriamente dito (PAD)	1142
19.3. Fases do Processo Administrativo Disciplinar	1142
19.4. Recurso e Pedido de reconsideração	1147
19.5. Revisão	1147
20. Processo sumário.....	1148
21. Aposentadoria do Servidor Público	1148
21.1. Regimes de Previdência.....	1149
21.2. Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)	1150
21.2.1. Breve histórico constitucional.....	1151
21.2.2. Características do RPPS	1152

21.2.3. Hipóteses de aposentadoria	1153
21.2.4. Valor da contribuição	1160
21.2.4.1. Contribuição de inativos	1161
21.2.4.2. Déficit atuarial e criação de contribuição extraordinária	1162
21.2.5. Teto do regime próprio.....	1162
21.2.6. Paridade e Integralidade	1163
21.3. Natureza jurídica do ato de aposentadoria.....	1164
 Vídeo.....	1165
21.4. Acumulação de aposentadoria	1165
22. Demais benefícios da seguridade social do servidor	1165
22.1. Benefícios dos segurados	1166
22.1.1. Salário-família	1166
22.1.2. Auxílio-natalidade	1166
22.1.3. Licença para tratamento de saúde	1166
22.1.4. Licença-gestante, adotante e paternidade	1167
22.1.5. Licença por acidente em serviço	1168
22.1.6. Assistência à saúde.....	1168
22.2. Benefícios dos dependentes	1168
22.2.1. Pensão por morte	1168
22.2.1.1. Beneficiários da pensão.....	1170
22.2.1.2. Exclusão da Pensão.....	1171
22.2.1.3. Acumulação de pensões	1172
22.2.1.4. Pensão provisória.....	1173
22.2.2. Auxílio-reclusão.....	1173
22.2.3. Auxílio-funeral	1174
22.2.4. Assistência à saúde.....	1174
23. Quadro Sinóptico	1174
24. Súmulas	1212
24.1. Súmulas do STF	1212
24.2. Súmulas do STJ	1213
24.3. Súmulas do TST	1214
25. Jurisprudências 2021/2022	1214
25.1. Informativo do STJ.....	1223
25.2. Informativos do STF.....	1228
26. Questões de Concursos	1231

Capítulo 15

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	1237
1. Considerações iniciais	1237
2. Conceito	1238
3. Natureza jurídica das sanções de improbidade.....	1238
4. Dos agentes da improbidade administrativa	1239
5. Espécies de ato de improbidade e sanções aplicáveis	1241

6. Sanções pela prática de ato de improbidade.....	1246
7. Cautelar de indisponibilidade de bens.....	1247
8. Cautelar de afastamento preventivo.....	1249
9. Procedimento da Ação de improbidade.....	1250
9.1. Partes e competência.....	1250
9.2. Petição inicial, contestação e julgamento.....	1251
9.3. Transformação em ação civil pública.....	1256
10. Do acordo de não persecução cível.....	1258
11. Crime de denúncia caluniosa.....	1260
12. Prescrição.....	1260
13. Retroatividade da norma mais benéfica em improbidade administrativa.....	1263
14. Aprofundamento para provas discursivas.....	1265
14.1. Inconstitucionalidade da Lei de Improbidade Administrativa.....	1265
15. Quadro Sinóptico.....	1267
16. Súmulas.....	1272
16.1. Súmulas do STJ.....	1272
17. Jurisprudências 2021/2022.....	1272
17.1. Informativos do STJ.....	1278
18. Questões de Concursos.....	1282

Capítulo 16

INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE.....	1289
1. Direito de Propriedade.....	1289
2. Intervenção do Estado na propriedade: fundamentos constitucionais.....	1290
3. Modalidades de intervenção.....	1292
4. Desapropriação.....	1292
4.1. Objeto da desapropriação.....	1293
4.2. Pressupostos da desapropriação.....	1294
4.2.1. Desapropriação Comum.....	1296
4.2.2. Desapropriação especial urbana.....	1299
4.2.3. Desapropriação Especial Rural.....	1301
4.2.4. Desapropriação Confisco.....	1302
4.3. Procedimento da Desapropriação.....	1305
4.3.1. Competência para desapropriar.....	1305
4.3.2. Fases do Procedimento.....	1307
4.3.2.1. Fase Declaratória.....	1308
4.3.2.2. Fase executória.....	1310
4.3.3. Execução por meio de mediação ou arbitragem.....	1311
4.4. Ação de desapropriação.....	1312
4.5. Correção monetária.....	1314
4.6. Juros compensatórios.....	1315
 Vídeo.....	1316
4.7. Juros moratórios.....	1317

4.8. Honorários advocatícios.....	1318
4.9. Ação de desapropriação rural.....	1319
4.10. Desapropriações diferenciadas.....	1321
4.10.1. Desapropriação privada.....	1321
4.10.2. Desapropriação indireta.....	1322
4.11. Situações específicas na desapropriação.....	1324
4.11.1. Direito de extensão.....	1325
4.11.2. Tredestinação e Retrocessão.....	1325
4.12. Desapropriação por zona.....	1329
4.13. Desapropriação de domínio útil.....	1330
5. Intervenções restritivas na propriedade privada.....	1331
5.1. Limitação administrativa.....	1331
5.2. Servidão Administrativa.....	1334
5.2.1. Constituição e extinção da servidão administrativa.....	1336
5.2.2. Procedimento de instituição da servidão administrativa.....	1337
5.2.3. Diferenças entre servidão civil e servidão administrativa.....	1338
5.3. Tombamento.....	1339
5.3.1. Bens objetos de tombamento.....	1341
5.3.2. Obrigações decorrentes do tombamento.....	1343
5.3.3. Indenização.....	1344
5.3.4. Procedimento.....	1345
5.3.5. Extinção.....	1346
5.3.6. Tombamento X Servidão Administrativa.....	1347
5.4. Requisição administrativa.....	1348
5.4.1. Características e objeto da requisição.....	1348
5.5. Ocupação temporária.....	1349
6. Quadro Sinóptico.....	1350
7. Súmulas.....	1373
7.1. Súmulas do STF.....	1373
7.2. Súmulas do STJ.....	1374
8. Jurisprudências 2021/2022.....	1374
9. Questões de Concursos.....	1378

Capítulo 17

BENS PÚBLICOS	1385
1. Conceito.....	1385
2. Competência para legislar.....	1387
3. Classificação.....	1388
4. Afetação e desafetação de bens públicos.....	1389
5. Garantias.....	1390
 Vídeo.....	1392
5.1. Alienação de bens públicos.....	1392
6. Utilização de bens públicos por particulares.....	1394

6.1. Consentimento estatal para utilização especial de bens públicos	1396
7. Aquisição de bens – incorporação dos bens ao patrimônio público.....	1398
7.1. Aquisição contratual	1398
7.2. Aquisição legal ou por fenômenos da natureza	1399
8. Bens em espécie	1400
9. Aprofundamento para provas discursivas.....	1404
10. Quadro Sinóptico	1405
11. Súmulas	1410
11.1. Súmulas do STF	1410
11.2. Súmulas do STJ	1410
12. Jurisprudências 2021/2022	1410
12.1. Informativos do STF.....	1415
13. Questões de Concursos	1415

Capítulo 18

PROCESSO ADMINISTRATIVO	1421
1. Introdução e conceito.....	1421
2. Finalidade do processo administrativo.....	1422
2.1. Obrigatoriedade dos processos administrativos.....	1424
3. Princípios aplicáveis ao processo administrativo	1424
3.1. Princípio da Oficialidade (Impulso Oficial).....	1425
3.2. Devido Processo Legal.....	1425
3.3. Contraditório e Ampla Defesa	1426
3.4. Instrumentalidade das formas	1429
3.5. Informalismo ou Formalismo Necessário	1429
3.6. Verdade Real	1430
3.7. Gratuidade.....	1431
3.8. Princípio da Legalidade.....	1431
3.9. Princípio da motivação.....	1431
4. Processo Administrativo Federal.....	1432
4.1. Aplicação Subsidiária	1433
4.2. Princípios previstos na Lei 9.784/99	1433
5. Direitos e deveres dos particulares	1434
5.1. Legitimidade processual	1435
6. Início do processo	1436
 Vídeo.....	1436
7. Competência administrativa.....	1437
7.1. Suspeição e impedimento.....	1438
8. Dos atos processuais.....	1438
8.1. Forma, tempo e lugar dos atos processuais	1438
8.2. Comunicação dos atos processuais	1439
9. Fases do processo administrativo	1440
9.1. Instauração	1440

9.2. Instrução processual, defesa e relatório	1441
9.3. Decisão	1443
10. Motivação dos atos processuais	1443
10.1. Da motivação <i>aliunde</i>	1444
11. Extinção do processo	1444
12. Anulação, revogação e convalidação de atos no processo	1445
13. Decisão coordenada	1445
14. Recursos administrativos	1446
14.1. Não recebimento do recurso e seus efeitos	1447
14.2. Da <i>reformatio in pejus</i>	1448
14.3. Da revisão	1448
15. Contagem de prazos	1448
16. Processo Administrativo Disciplinar	1449
16.1. Sindicância investigativa ou preparatória	1449
16.2. Sindicância contraditória ou acusatória	1450
16.3. Processo administrativo disciplinar propriamente dito (PAD)	1451
16.3.1. Fases do Processo Administrativo Disciplinar	1452
17. Impugnações administrativas do julgamento	1458
17.1. Recurso e Pedido de Reconsideração	1459
17.2. Revisão	1459
18. Processo sumário	1460
19. Quadro sinóptico	1462
20. Súmulas	1474
20.1. Súmulas do STF	1474
20.2. Súmulas do STJ	1474
21. Jurisprudências 2021/2022	1475
21.1. Informativos do STJ	1477
22. Questões de Concursos	1478

Capítulo 19

ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO..... 1485

1. Introdução	1485
2. O estado regulador e a constitucionalização normativa	1486
3. A ordem econômica e seus fundamentos	1487
3.1. Valorização do trabalho humano	1487
3.2. Liberdade de iniciativa	1488
4. Princípios da ordem econômica	1488
5. Formas de atuação do estado	1489
6. Estado regulador	1489
6.1. Competências para intervenção	1490
6.2. Repressão ao abuso do poder econômico	1491
6.2.1. Hipóteses de abuso	1492
6.2.2. Espécies de abuso. Trustes, cartéis e <i>dumping</i>	1493
6.2.3. Práticas restritivas verticais	1493

6.3. Normas de repressão dos abusos.....	1494
6.3.1. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).....	1494
6.3.2. Responsabilização e sanções aplicáveis nos casos de infração à ordem econômica.....	1495
6.3.3. Acordo de leniência.....	1497
6.3.4. Controle de concentrações.....	1498
6.4. Controle do abastecimento	1499
7. Estado executor.....	1500
7.1. Exploração direta em regime de livre concorrência	1500
7.1.1. Regime das empresas estatais	1501
7.2. Monopólio estatal.....	1502
7.2.1. Atividades monopolizadas	1502
8. Quadro sinóptico.....	1503
9. Jurisprudências 2021/2022	1505
10. Questões de concursos	1506
BIBLIOGRAFIA	1511